



**ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA CÂMARA RECURSAL DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO
DE 2020.**

Data : 20/02/2020
Horário : 14h
Local : SDE - Rod. SC-401 Centro Empresarial Office Park, Bloco II, nº 4756,
Saco Grande II – CEP 88032-005 – Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte, na sala de reuniões da
2 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), reuniu-se a
3 Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com
4 a presença do Senhor Victor Hugo Gomes Menezes (SDE), Presidente; e dos
5 membros representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: Haneron
6 Victor Marcos (CASAN), Gustavo Ganz Seleme (FIESC), Liara Rotta Padilha
7 Schetinger (ANAMMA) e Pedro Cabral Reis da Silva (CBMSC).

8
9 Julgamento dos processos relacionados no Edital de Notificação nº 02/20, publicado
10 no DOE nº 21.198 de 07/02/2020.

11
12 **A TERCEIRA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO**
13 **AMBIENTE (CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do
14 Anexo Único do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

15
16 **1. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 078/16**
17 AIA Nº : 12434-A
18 PROCESSO Nº : PMSC 23436/2016
19 RELATOR : HANERON VICTOR MARCOS
20 RECORRENTE : AFFA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE
21 LIMPEZA LTDA
22 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL -
23 CPMA

24
25 **EMENTA**
26 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES
27 ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO



28 DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ASCURRA. FAZER FUNCIONAR
29 ATIVIDADE CONSIDERADA POTENCIALMENTE POLUIDORA, SEM POSSUIR
30 LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO
31 INTERCORRENTE.

32

33

DECISÃO

34 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
35 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
36 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
37 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
38 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
39 ambiental.

40

41 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

42

43

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

44

Presidente

45

2. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 363/16

47 AIA Nº : 39071-A

48 PROCESSO Nº : PMSC 25176/2016

49 RELATOR : HANERON VICTOR MARCOS

50 RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ANCHIETA

51 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL -
52 CPMA

53

54

EMENTA

55 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES
56 ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO
57 DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ANCHIETA. CONSTRUIR OBRA
58 UTILIZADORA DE RECURSOS AMBIENTAIS, CONSIDERADA EFETIVA OU
59 POTENCIALMENTE POLUIDORA DE CANALIZAÇÃO DE CURSO D'ÁGUA, SEM
60 POSSUIR A LICENÇA AMBIENTAL DO ÓRGÃO COMPETENTE.
61 RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.



62

63

DECISÃO

64 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
65 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
66 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
67 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
68 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
69 ambiental.

70

71 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

72

73

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

74

Presidente

75

76 3. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 369/16

77 AIA Nº : 03174-D

78 PROCESSO Nº : FATMA 26507/2016

79 RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME

80 RECORRENTE : EDUARDO BRIESE NEUJAHN

81 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

82

83

EMENTA

84 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
85 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO DECRETO FEDERAL Nº
86 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR EMPREENDIMENTO
87 PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA LICENÇA
88 AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO
89 CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO
90 PERMANENTE. ATERRAMENTO DE NASCENTE. RECONHECIMENTO DA
91 PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

92

93

DECISÃO

94 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
95 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por



96 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
97 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
98 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
99 ambiental.

100
101 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

102
103 **VICTOR HUGO GOMES MENEZES**

104 Presidente

105
106 **4. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 370/16**

107 AIA Nº : 01950-D

108 PROCESSO Nº : FATMA 26515/2016

109 RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME

110 RECORRENTE : GUIDO RIFFEL

111 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

112
113 **EMENTA**

114 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
115 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ARTS. 43, 50 E 66 DO DECRETO
116 FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR
117 EMPREENDIMENTO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA
118 LICENÇA AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE
119 ESTADUAL DO RIO CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ESTÁGIO
120 MÉDIO DE REGENERAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.
121 ATERRAMENTO DE APP E PARTE DO CURSO D'ÁGUA. RECONHECIMENTO DA
122 PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

123
124 **DECISÃO**

125 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
126 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
127 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
128 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
129 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação



130 ambiental.

131

132 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

133

134 **VICTOR HUGO GOMES MENEZES**

135 Presidente

136

137 **5. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 376/16**

138 AIA Nº : 02944-D

139 PROCESSO Nº : FATMA 26549/2016

140 RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME

141 RECORRENTE : RENATO LUIZ FAGUNDES

142 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

143

144 **EMENTA**

145 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
146 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ARTS. 43, 50 E 66 DO DECRETO
147 FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR
148 EMPREENDIMENTO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA
149 LICENÇA AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE
150 ESTADUAL DO RIO CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA
151 DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ATERRAMENTO DE NASCENTE.
152 RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

153

154 **DECISÃO**

155 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
156 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
157 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
158 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
159 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
160 ambiental.

161

162 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

163



VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente

6. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 393/16

AIA Nº : 12875-A

PROCESSO Nº : PMSC 28142/2016

RELATOR : HANERON VICTOR MARCOS

RECORRENTE : AMÉRICO ALBERTO MUTZEMBERG

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL -
CPMA

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SEARA. FAZER FUNCIONAR ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA, DESPEJO DE DEJETOS SUÍNOS EM CURSO D'AGUA, EM DESACORDO COM A LICENÇA AMBIENTAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC) abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação ambiental.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente

7. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 399/16

AIA Nº : 02894-D



198 PROCESSO Nº : FATMA 26497/2016
199 RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME
200 RECORRENTE : ABRELINO ENGHEROFF DE MBRITO
201 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA
202

203 **EMENTA**

204 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
205 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO DECRETO FEDERAL Nº
206 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR EMPREENDIMENTO
207 PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA LICENÇA
208 AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO
209 CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO
210 PERMANENTE. ATERRAMENTO DE NASCENTE. RECONHECIMENTO DA
211 PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

212
213 **DECISÃO**

214 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
215 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
216 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
217 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
218 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
219 ambiental.

220
221 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

222
223 **VICTOR HUGO GOMES MENEZES**

224 Presidente
225

226 **8. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 403/16**

227 AIA Nº : 03175-D
228 PROCESSO Nº : FATMA 26506/2016
229 RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME
230 RECORRENTE : CARLOS VICENTE BECKER
231 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA



EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ARTS. 43, 50 E 66 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR EMPREENDIMENTO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ATERRAMENTO DE NASCENTE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC) abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação ambiental.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente

9. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 404/16

AIA Nº : 02968-D
PROCESSO Nº : FATMA 26511/2016
RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME
RECORRENTE : EUCLIDES BOSCARI
RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ARTS. 43, 50 E 66 DO DECRETO



266 FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR
267 EMPREENDIMENTO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA
268 LICENÇA AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE
269 ESTADUAL DO RIO CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA
270 DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ATERRAMENTO DE NASCENTE.
271 RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

272

273

DECISÃO

274 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
275 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
276 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
277 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
278 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
279 ambiental.

280

281 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

282

283

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

284

Presidente

285

10. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 408/16

287 AIA Nº : 02969-D

288 PROCESSO Nº : FATMA 26544/2016

289 RELATOR : GUSTAVO GANZ SELEME

290 RECORRENTE : PAULO REDANTE

291 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

292

293

EMENTA

294 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
295 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ARTS. 43, 50 E 66 DO DECRETO
296 FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. OPERAR
297 EMPREENDIMENTO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SEM A DEVIDA
298 LICENÇA AMBIENTAL E EM ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE
299 ESTADUAL DO RIO CANOAS. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA



300 DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ATERRAMENTO DE NASCENTE.
301 RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

302

303

DECISÃO

304 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
305 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
306 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
307 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
308 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
309 ambiental.

310

311 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

312

313

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

314

Presidente

315

11. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 413/16

317 AIA Nº

: 02242-D

318 PROCESSO Nº

: FATMA 31901/2016

319 RELATOR

: HANERON VICTOR MARCOS

320 RECORRENTE

: COOPERATIVA DO RIO DO PEIXE

321 RECORRIDO

: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

322

323

EMENTA

324 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
325 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO DECRETO FEDERAL Nº
326 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOAÇABA. OPERAR PLANO DE RECUPERAÇÃO DE
327 ÁREA DEGRADADA COM LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA VENCIDA.
328 RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

329

330

DECISÃO

331 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
332 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
333 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto



334 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
335 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
336 ambiental.

337

338 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

339

340 **VICTOR HUGO GOMES MENEZES**

341 Presidente

340

341 **12. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 431/16**

342 AIA Nº : 35482-A

343 PROCESSO Nº : PMSC 32106/2016

344 RELATOR : HANERON VICTOR MARCOS

345 RECORRENTE : HÉLIO GRIS

346 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL -
347 CPMA

348

349 **EMENTA**

350 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES
351 ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 66 DO
352 DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SEARA. FAZER FUNCIONAR
353 ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA, DESPEJO DE DEJETOS SUÍNOS
354 EM CURSO D'ÁGUA, EM DESACORDO COM A LICENÇA AMBIENTAL.
355 RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

356

357 **DECISÃO**

358 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
359 decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
360 unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto
361 e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC)
362 abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação
363 ambiental.

364

365 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.



VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente

13. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 525/16

AIA Nº : 36486-A

PROCESSO Nº : PMSC 43241/2016

RELATOR : HANERON VICTOR MARCOS

RECORRENTE : SILVIO MANICA JÚNIOR

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL -
CPMA

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 91 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE MADEIRA COM 60 M², DENTRO DOS LIMITES DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO, SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃO COMPETENTES. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC) abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação ambiental.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente



400 **14. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 342/17**

401 AIA Nº : 01569-D
402 PROCESSO Nº : FATMA 4044/2013
403 RELATOR-VISTA : GUSTAVO GANZ SELEME
404 RECORRENTE : PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL S.A.
405 PROCURADORA : PATRÍCIA KOTZIAS AGUIAR
406 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

407

408 **EMENTA**

409 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
410 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 62, V, DO DECRETO FEDERAL
411 Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. POLUIÇÃO HÍDRICA EM RIO.
412 TERMO DE COMPROMISSO CELEBRADO E INTEGRALMENTE CUMPRIDO.
413 RECURSO PROVIDO EM PARTE. REDUÇÃO DA MULTA EM 90% ART. 87,
414 PARÁGRAFO 3º DA LEI 14.675/09. POSTERIOR SUSSTITUIÇÃO DA
415 PENALIDADE DE MULTA DIÁRIA POR ADVERTÊNCIA.

416

417 **DECISÃO**

418 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, após
419 sustentação oral da procuradora do recorrente, decide a Terceira Câmara Recursal do
420 Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, converter a penalidade de multa
421 diária em advertência, nos termos do voto e relatório do relator (vista). Os
422 Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC) abstiveram-se de votar. A
423 procuradora do recorrente requereu a juntada da Informação Técnica nº 235/2019-
424 GEPAM.

425

426 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

427

428 **VICTOR HUGO GOMES MENEZES**

429 Presidente

430

431 **15. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 343/17**

432 AIA Nº : 00420-D
433 PROCESSO Nº : FATMA 4045/2013



434 RELATOR-VISTA : GUSTAVO GANZ SELEME
435 RECORRENTE : PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL S.A.
436 PROCURADORA : PATRÍCIA KOTZIAS AGUIAR
437 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

438

439 **EMENTA**

440 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
441 CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 62, V DO DECRETO FEDERAL Nº
442 6.514/08. MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. POLUIÇÃO HÍDRICA EM RIO. TERMO
443 DE COMPROMISSO CELEBRADO E INTEGRALMENTE CUMPRIDO. RECURSO
444 PROVIDO EM PARTE. REDUÇÃO DA MULTA EM 90% ART. 87, PARÁGRAFO 3º
445 DA LEI 14.675/09.

446

447 **DECISÃO**

448 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, após
449 sustentação oral da procuradora do recorrente, decide a Terceira Câmara Recursal do
450 Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento ao
451 recurso, para reduzir a penalidade de multa em 90%, conforme Termo de
452 Compromisso firmado, nos termos do voto e relatório do relator. Os Conselheiros
453 Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC) abstiveram-se de votar. A procuradora do
454 recorrente requereu a juntada da Informação Técnica nº 235/2019-GEPAM.

455

456 Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

457

458 **VICTOR HUGO GOMES MENEZES**

459 Presidente

460

461 **16. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 454/17**

462 AIA Nº : 37545-A

463 PROCESSO Nº : PMSC 23845/2016

464 RELATOR : HANERON VICTOR MARCOS

465 RECORRENTE : OSCAR ANTONIO DE CARLI

466 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL -
467 CPMA



EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 82 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS. APRESENTAR INFORMAÇÃO E LAUDO TÉCNICO PARCIALMENTE ENGANOSO NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Os Conselheiros Liara (ANAMMA) e Pedro (CBMSC) abstiveram-se de votar. Retornem os autos à origem para verificação da recuperação ambiental.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente

O recurso administrativo 125/18 ficará suspenso até a próxima reunião, a pedido do relator, restando automaticamente pautado, nos termos do §3º do art. 25-E, do RICONSEMA.

O recurso 305/16 (FATMA 19058/2016) retornou de diligência e foi entregue ao relator Gustavo (FIESC) para análise e emissão de parecer e voto.

Os recursos 304/16 e 50/17 retornaram de diligência e foram entregues ao relator Haneron (CASAN) para análise e emissão de parecer e voto.

Por fim, orienta-se que em todos os processos em que houve o reconhecimento da prescrição sejam destinados à origem para apuração de eventuais responsabilidades.

Segue em anexo lista de presenças e guias de distribuição de processos aos Conselheiros da ANAMMA, CASAN e SDE.

Auxiliou a presidência da reunião a Secretária Executiva do Consema, Deyse Cristina



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

502 Locatelli. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e vinte
503 minutos, declarou-se encerrada a Reunião.

VICTOR HUGO GOMES MENEZES

Presidente

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020.